# CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 53 • Sábado, 03 de Outubro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos


DIVULGAÇÃO

# DEPOIS DE MESES DE CAMPANHA, CHEGA A HORA DA VERDADE NAS URNAS






**ARTIGO**

**ANTÔNIO CAMPOS**

*ADVOGADO*

PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO




## TCU adia análise sobre retomada do trecho pernambucano da Transnordestina

PÁG 2

## Antônio Campos aciona TRE-PE, que manda retirar publicação sobre Ana Arraes e João Campos

PÁG 3



## Canetas emagrecedoras: uso sem acompanhamento médico pode trazer riscos à saúde, alerta especialista

PÁG. 4



## TJPE promove ação gratuita com serviços de saúde, Justiça e cidadania para pessoas idosas no Recife

PÁG. 2

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

**DOMINGO É O DIA: DATAFOLHA CONFIRMA DISPUTA APERTADA EM PERNAMBUCO E MANTÉM POLARIZAÇÃO NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL**

PÁG. 5

## Eleições 2026: veja onde haverá Lei Seca e restrição à venda de bebidas alcoólicas

PÁG 4



# TCU adia análise sobre retomada do trecho pernambucano da Transnordestina

O Tribunal de Contas da União (TCU) adiou a análise do processo que trata da retomada das obras do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, entre Salgueiro, no Sertão, e o Porto de Suape. O julgamento, que estava previsto para esta semana, foi adiado após pedido de vista do ministro Jhonatan de Jesus.

O novo prazo para análise foi marcado para 14 de outubro. Segundo o ministro, o pedido de vista teve como objetivo permitir uma nova avaliação de pontos do processo e alinhamentos com o relator, Benjamin Zymler. Jhonatan de Jesus afirmou que, por ter sido o relator original do processo, gostaria de analisar alguns pontos antes da decisão.

O processo envolve um pedido de reexame apresentado pela Infra S.A. contra restrições impostas pelo TCU ao projeto. Enquanto a análise não é concluída, permanecem suspensos novos compromissos financeiros para o avanço das obras e a emissão de ordens de serviço para a execução física de determinados trechos.

Entre os segmentos afetados está o lote SPS 04, com 73,3 quilômetros entre Custódia e Arcoverde. A contratação para elaboração do projeto executivo e conclusão das obras de infraestrutura desse trecho havia sido firmada em julho deste ano pela Infra S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, com o Consórcio ACA Transnordestina. O contrato é de R$ 312,8 milhões.

A restrição do TCU está relacionada à necessidade de apresentação de uma base técnica considerada suficiente para demonstrar a viabilidade e a vantajosidade socioeconômica dos investimentos federais no trecho pernambucano. A Corte permitiu a continuidade de contratos vigentes e de atos preparatórios, mas manteve a suspensão da execução física das obras enquanto as exigências não forem atendidas.



A Sudene apresentou ao tribunal um estudo complementar sobre o projeto. Segundo levantamento divulgado após a análise do processo, o ramal pernambucano, com aproximadamente 544 quilômetros, teria retorno social líquido estimado em R$ 4,76 bilhões. Esse dado faz parte da documentação apresentada para responder às exigências técnicas do TCU.

A construção da Transnordestina começou em 2006, nove anos depois da concessão original, em 1997. O projeto foi concebido para integrar áreas produtoras do interior do Nordeste aos portos da região, facilitando o transporte de grãos, minérios e outros produtos. As obras chegaram a ser paralisadas em 2016.

Com aproximadamente 1,7 mil quilômetros de extensão planejada, a ferrovia atravessa Pernambuco, Ceará e Piauí e prevê conexões com os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará. A nova análise do TCU, marcada para 14 de outubro, deverá definir os próximos passos para o trecho pernambucano.

# EUA suspendem atendimento em embaixada e consulados no Brasil por questões de segurança

Os Estados Unidos suspenderam, nesta sexta-feira (2), os serviços consulares presenciais na Embaixada em Brasília e nos consulados americanos no Brasil. A medida também afeta as unidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Segundo a Missão dos Estados Unidos no Brasil, a suspensão ocorre por "questões de segurança" e não há, até o momento, previsão para a retomada dos atendimentos.

O comunicado foi divulgado na noite de quinta-feira (1º), sem detalhar qual seria o risco que motivou a decisão. Cidadãos americanos que precisarem de assistência emergencial foram orientados a não comparecer às instalações diplomáticas durante o período de suspensão e a procurar o oficial de plantão responsável.

A interrupção ocorre dois dias antes do primeiro turno das eleições brasileiras, marcado para domingo (4). Apesar da proximidade com a votação, o comunicado oficial dos Estados Unidos não relaciona a suspensão dos serviços consulares ao processo eleitoral.



De acordo com informações obtidas pela Reuters com uma fonte que acompanha o caso, funcionários da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília foram orientados a trabalhar de casa nesta sexta-feira após uma ameaça recebida pela representação diplomática. A fonte não informou detalhes sobre a natureza da ameaça. O Departamento de Estado americano confirmou apenas que a segurança de seus cidadãos é prioridade e que mantém contato com autoridades brasileiras sobre questões de segurança.

A suspensão é restrita aos serviços consulares e não significa o encerramento das atividades diplomáticas dos Estados Unidos no Brasil. Entre os atendimentos afetados estão serviços presenciais relacionados a vistos e assistência consular.

Para quem possui processos de visto em andamento, a orientação divulgada por especialistas é acompanhar os canais oficiais dos consulados e o sistema de agendamento. A suspensão desta sexta-feira não significa, por si só, o cancelamento de vistos já aprovados.

No Recife, o consulado americano também está entre as unidades atingidas pela suspensão. A representação integra a rede diplomática dos Estados Unidos no Brasil ao lado dos consulados de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre e da Embaixada em Brasília.

A decisão dos Estados Unidos ocorre em um contexto de aumento da atenção sobre a segurança das representações diplomáticas estrangeiras no Brasil. Na noite de quinta-feira, a Polícia Militar do Distrito Federal foi acionada para verificar uma suspeita de bomba nas proximidades do Supremo Tribunal Federal. Um homem foi detido e o esquadrão antibombas foi mobilizado, mas esse episódio não foi oficialmente apontado como causa da suspensão dos serviços consulares americanos.

A Austrália também anunciou nesta sexta-feira o fechamento temporário de sua Embaixada em Brasília, citando "preocupações com a segurança". O governo australiano, assim como os Estados Unidos, não detalhou publicamente qual seria a ameaça nem informou quando o atendimento será retomado.

# TJPE promove ação gratuita com serviços de saúde, Justiça e cidadania para pessoas idosas

Pessoas idosas terão acesso a uma série de serviços gratuitos durante uma ação de cidadania promovida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), na próxima quinta-feira (8), no Recife. A iniciativa reúne atendimentos nas áreas de Justiça, saúde, documentação e orientação financeira.

A programação será realizada das 8h às 13h, no 5º andar, Ala Norte, do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, localizado na Avenida Desembargador Guerra Barreto, em Joana Bezerra. A ação é organizada pela Coordenadoria dos Juizados Especiais e pelo Núcleo de Conciliação (Nupemec) do TJPE.



Na área jurídica, serão oferecidas orientações, atendimento do Setor de Queixas dos Juizados Especiais, audiências de mediação em Direito de Família e atendimento do Projeto Apoio Legal do Juizado Especial Criminal do Idoso.

Também haverá serviços de orientação e negociação de dívidas por meio do Proendividados, além de uma roda de conversa sobre educação financeira. O delegado da Delegacia do Idoso, Ícaro Barros Schneider, participará da programação com uma palestra sobre os serviços oferecidos pela unidade, os golpes mais frequentes contra pessoas idosas e formas de prevenção.

Os participantes poderão consultar informações no SPC e Serasa, receber atendimento da Neoenergia e da Compesa e obter orientações sobre questões previdenciárias.

A programação também contará com serviços para emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e solicitação da segunda via de certidões de nascimento, casamento e óbito.

Na área da saúde, serão oferecidos acolhimento psicológico, testes rápidos para hepatite C, aferição de pressão arterial, orientações para prevenção de doenças cardiovasculares, cuidados com a saúde bucal e prevenção de quedas. Também haverá atendimentos de enfermagem e farmácia, nutrição e fisioterapia.

Reconhecimento de união estável

Durante a ação, o TJPE também realizará uma atividade especial para reconhecimento de união estável. Serão disponibilizadas 50 vagas para casais interessados em formalizar juridicamente a união, desde que pelo menos um dos parceiros seja pessoa idosa.

A iniciativa é realizada em parceria com a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR). As inscrições devem ser feitas antecipadamente por telefone ou WhatsApp, pelo número (81) 99148-1342, das 9h às 12h e das 13h às 17h.

Para o atendimento, os casais deverão apresentar documentos pessoais, comprovante de residência atualizado, certidões emitidas há menos de 90 dias e outros documentos relacionados à situação familiar e patrimonial, conforme a documentação exigida pelo TJPE.

## SERVIÇO

Ação de Cidadania para Pessoa Idosa – Prioridade em Ação
Data: 8 de outubro
Horário: das 8h às 13h
Local: Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, 5º andar, Ala Norte
Endereço: Avenida Desembargador Guerra Barreto, s/n, Joana Bezerra, Recife

Para o reconhecimento de união estável: 50 vagas para casais, com pelo menos um dos parceiros sendo pessoa idosa. Pré-inscrição pelo telefone ou WhatsApp (81) 99148-1342.


## EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

**PRESIDÊNCIA**
*Antônio Ricardo Accioly Campos* - camposad@camposadvogados.com.br

**EDITOR-CHEFE**
*Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE* - dyogobastos.imprensa@gmail.com

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**
*Real Digital Publisher Ltda* - realdigitalpublisher@gmail.com

**EDIÇÃO GERAL**
*Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros*
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:**
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

**ESTAMOS ONLINE:**
**www.redecorreionoticias.com.br**
**www.correiodorecife.com.br**
**www.correiopernambuco.com.br**
**www.portalmarimdoscaetes.com.br**
**www.correiodolitoralnortepe.com.br**
**www.correiojoaopessoa.com.br**
**www.jornalodiape.com.br**


Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

# Câmara de Olinda elege Jesuíno Araújo após suspensão de eleição antecipada

A Câmara Municipal de Olinda elegeu, nesta sexta-feira (2), o vereador Jesuíno Araújo como presidente da Casa para o biênio 2027/2028. A nova Mesa Diretora assumirá a condução dos trabalhos do Legislativo a partir de janeiro de 2027 e permanecerá no comando até dezembro de 2028, quando termina o atual mandato legislativo.



A chapa vencedora será composta ainda por Jadilson Bombeira (PL), como primeiro vice-presidente; Alessandro Sarmento (PL), como segundo vice-presidente; Denise Almeida (PSD), como primeira-secretária; e Eugênia Lima (PT), como segunda-secretária.

A composição vencedora derrotou a chapa encabeçada pelo vereador Ricardo Sousa (Avante), que voltou a disputar a Presidência da Câmara. Na chapa adversária, Professor Marcelo (PSD) concorria à primeira vice-presidência; Márcio Barbosa (Avante), à segunda vice-presidência; Milcon Rangel (MDB), à primeira secretaria; e Iran Barbosa (DC), à segunda secretaria.]A nova eleição ocorreu após a Justiça suspender os efeitos da eleição antecipada realizada anteriormente, que havia escolhido Ricardo Sousa para comandar a Câmara no biênio 2027/2028. A votação anterior foi questionada judicialmente, inclusive em ação civil pública apresentada pelo Ministério Público.

Com a suspensão dos efeitos da eleição anterior, uma nova disputa foi realizada nesta sexta-feira para definir a composição da Mesa Diretora que assumirá a Casa no próximo biênio.

A Mesa Diretora é responsável pela condução administrativa e legislativa da Câmara Municipal, incluindo a organização dos trabalhos parlamentares e o funcionamento institucional do Legislativo.

Em manifestação sobre o resultado, o advogado e escritor Antônio Campos destacou a importância da alternância no comando da Câmara.

"A alternância na condução do Poder Legislativo é salutar para a vida institucional da Câmara Municipal de Olinda, contribuindo para a renovação, o equilíbrio e o fortalecimento da representação parlamentar", afirmou Antônio Campos.

# Eleições 2026: veja onde haverá Lei Seca e restrição à venda de bebidas alcoólicas

A venda e o consumo de bebidas alcoólicas terão regras diferentes nos estados brasileiros durante o primeiro turno das eleições de 2026, marcado para este domingo (4). Até o momento, 12 estados anunciaram algum tipo de restrição, enquanto outros não terão Lei Seca em todo o território.

Em sete estados, a proibição vale para todo o território: Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Roraima, Piauí e Maranhão. Em outros cinco, a restrição será aplicada apenas em determinadas zonas eleitorais, conforme decisões locais da Justiça Eleitoral.

Nesse segundo grupo estão Bahia, Tocantins, Sergipe, Mato Grosso e Goiás.

Em Pernambuco, não haverá Lei Seca. A mesma situação foi informada em Alagoas, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraíba, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

Alagoas chegou a estabelecer uma proibição para o dia da votação, mas a Secretaria de Segurança Pública revogou a medida na quinta-feira (1º), retirando a restrição.

Entre os estados que adotaram a Lei Seca, os horários variam. No Pará, por exemplo, a venda, distribuição e fornecimento de bebidas alcoólicas ficam proibidos desde o início do dia da votação até as 18h. No Amazonas, o consumo em estabelecimentos e locais abertos ao público está proibido das 2h às 17h.

No Amapá, a restrição começa às 22h do sábado (3) e segue até




as 18h do domingo (4). No Acre, a proibição vale desde os primeiros minutos do dia da eleição até as 16h. Em Roraima, a medida começa às 23h de sábado e termina às 17h de domingo.

No Nordeste, Piauí e Maranhão também adotaram medidas estaduais. No Piauí, a compra e a venda de bebidas alcoólicas estão proibidas das 18h de sábado até as 18h de domingo. No Maranhão, a restrição à venda, fornecimento e consumo em locais públicos ou de acesso público vale da meia-noite até as 22h de domingo.

Há ainda situações indefinidas ou que dependem de decisões locais. No Rio Grande do Sul e em Rondônia, eventuais restrições podem ser determinadas pelos juízes eleitorais. No Ceará, a definição ainda estava em análise, enquanto o Rio Grande do Norte não havia respondido ao levantamento mais recente da Agência Brasil.

A chamada Lei Seca eleitoral não é uma regra nacional obrigatória. As restrições podem ser estabelecidas por órgãos de segurança pública ou pela Justiça Eleitoral, de acordo com as regras e decisões adotadas em cada estado ou zona eleitoral.

# Antônio Campos aciona TRE-PE, que manda retirar publicação sobre Ana Arraes e João Campos

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) determinou a remoção de uma publicação feita no Instagram pelo perfil @bastidor.pe que relacionava uma declaração de Ana Lúcia Arraes de Alencar, de 2020, a uma suposta agressão física praticada pelo candidato ao Governo de Pernambuco João Campos.

A representação eleitoral que resultou na decisão foi apresentada por Antônio Campos, advogado, em defesa de Ana Arraes. O caso tramita no TRE-PE sob o número 0603250-04.2026.6.17.0000 e tem como assunto propaganda eleitoral em redes sociais e uso de conteúdo considerado descontextualizado.

A decisão foi assinada nesta quarta-feira (30) pelo desembargador eleitoral Fernando Braga Damasceno, relator do processo.

Segundo a decisão, a publicação utilizou uma declaração antiga de Ana Arraes para apresentar a chamada: "Avó de João Campos disse ter sido agredida pelo neto em 2020". A postagem também mencionava que, posteriormente, Ana Arraes teria afirmado que a fala havia sido retirada de contexto.



Na representação apresentada por Antônio Campos, foi sustentado que a declaração original ocorreu em meio a uma divergência familiar relacionada a manifestações públicas de João Campos sobre Antônio Campos e que não houve afirmação de agressão física. A decisão registra ainda que Ana Arraes posteriormente declarou que a gravação estava fora de contexto e que nunca havia sido agredida por nenhum dos netos.

Ao analisar o pedido de urgência, o desembargador destacou que a liberdade de expressão tem papel relevante no debate eleitoral, inclusive para críticas e opiniões desfavoráveis. Segundo a decisão, porém, a Justiça Eleitoral pode atuar diante de fatos sabidamente inverídicos ou de grave descontextualização de acontecimentos verdadeiros quando isso puder alterar o sentido transmitido ao público.

Para o relator, embora a legenda da publicação apresentasse elementos de contextualização, a forma de destaque da informação poderia transmitir uma compreensão dissociada do contexto. A decisão aponta uma "grave descontextualização" ao considerar que a postagem retomava a afirmação de que Ana Arraes teria sido agredida e, ao mesmo tempo, apresentava a negativa posterior como possível tentativa de proteger João Campos.

O TRE-PE também considerou o momento eleitoral. A decisão afirma que a publicação permanecia acessível nas redes sociais em período próximo ao primeiro turno das Eleições Gerais de 2026 e que a dinâmica das plataformas poderia favorecer a rápida reprodução e compartilhamento do conteúdo.

Com a decisão, o responsável pelo perfil @bastidor.pe deverá remover a publicação no prazo de duas horas após a intimação e se abster, enquanto a medida estiver vigente, de republicar, compartilhar ou promover conteúdo que atribua ou sugira que João Campos tenha agredido fisicamente Ana Arraes. Em caso de descumprimento, foi estabelecida multa diária de R$ 10 mil.

O Instagram também foi determinado a indisponibilizar a publicação, caso ela ainda estivesse acessível, no prazo de 24 horas, igualmente sob pena de multa diária de R$ 10 mil. A plataforma deverá ainda preservar arquivos, registros, logs e metadados relacionados à publicação e fornecer os dados cadastrais disponíveis para identificação do responsável pelo perfil, dentro dos limites legais.

O desembargador, porém, não proibiu de forma geral a abordagem do episódio ocorrido em 2020. A decisão ressalta que manifestações críticas e divulgação de fatos relacionados ao caso podem continuar sendo feitas dentro dos limites da legislação eleitoral.

Também foi negado, nesta fase, o pedido para obrigar a publicação de uma nota de esclarecimento ou direito de resposta. Segundo o TRE-PE, essa medida possui procedimento próprio e poderá ser analisada pela via processual adequada.

A decisão é liminar e não representa julgamento definitivo do mérito da representação. Após a identificação do responsável pelo perfil, ele deverá ser incluído formalmente no processo e terá prazo para apresentar defesa. Na sequência, o caso será encaminhado à Procuradoria Regional Eleitoral para parecer.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

*ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.*

# DEPOIS DE MESES DE CAMPANHA, CHEGA A HORA DA VERDADE NAS URNAS




Depois de meses de campanha, debates, entrevistas, propaganda eleitoral e discussões nas redes sociais, chegou o momento em que a decisão passa para o eleitor. Neste domingo, 4 de outubro, brasileiras e brasileiros vão às urnas para escolher seus representantes.

Em Pernambuco, o eleitor terá seis escolhas pela frente. Por isso, mais do que conhecer os candidatos e suas propostas, é importante estar atento a alguns detalhes para evitar dúvidas e imprevistos no momento da votação.

A primeira recomendação é conferir antecipadamente o local de votação. Mesmo quem vota há anos no mesmo endereço deve fazer a consulta, já que houve mudanças de locais e seções eleitorais. A informação pode ser verificada pelo aplicativo e-Título, pelo Autoatendimento Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral ou pelos canais oficiais do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

O eleitor também deve separar um documento oficial com foto. O e-Título pode ser utilizado como identificação quando estiver com a fotografia da eleitora ou do eleitor. Captura de tela ou foto do documento não substitui o aplicativo oficial.

Outro cuidado importante é preparar a chamada "colinha eleitoral". Como serão seis escolhas, anotar previamente os números das candidaturas pode facilitar a votação e reduzir o tempo diante da urna. A anotação deve ser feita em papel, porque o celular não pode ser levado para a cabine de votação.

A ordem de votação também merece atenção. O eleitor começa pelo deputado federal, depois vota para deputado estadual, senador para a primeira vaga, senador para a segunda vaga, governador e, por último, presidente da República. No Senado, é preciso escolher dois candidatos diferentes. Antes de confirmar cada voto, a orientação da Justiça Eleitoral é conferir na tela o nome, a fotografia, o cargo e a sigla partidária apresentados pela urna.

Um dos principais cuidados no domingo é com o celular. O aparelho não pode ser levado para a cabine de votação, mesmo desligado. O eleitor deverá deixá-lo no local indicado pela mesa receptora antes de entrar na cabine. A regra existe para preservar o sigilo do voto e impedir o registro ou a divulgação da escolha.

A biometria também faz parte do processo de identificação. Quem possui cadastro biométrico será orientado a colocar o dedo no leitor. Caso a digital não seja reconhecida, existem procedimentos previstos pela Justiça Eleitoral para permitir a identificação e a votação. Quem não possui biometria cadastrada também conta com procedimento específico de habilitação.

O horário da votação será das 8h às 17h, considerando o horário de Brasília. Quem estiver na fila às 17h poderá votar, desde que receba a senha e siga os procedimentos determinados pela mesa receptora.

Também é importante lembrar que o domingo de eleição tem regras específicas. A manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor é permitida, mas são proibidas práticas como boca de urna, comícios, carreatas e propaganda eleitoral. A distribuição de material de campanha também deve obedecer às regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral.

Em caso de dúvida, o eleitor pernambucano pode recorrer diretamente aos canais oficiais. O Disque Eleitor do TRE-PE atende pelo telefone (81) 3194-9400. No dia da eleição, o atendimento telefônico funcionará das 7h às 19h. O mesmo número também é utilizado pela assistente virtual Júlia no WhatsApp, que funciona 24 horas e permite consultar informações como local de votação, situação eleitoral e justificativa.

O TRE-PE também alerta para golpes que utilizam o nome da Justiça Eleitoral. O Tribunal não liga para eleitores solicitando que digitem números para confirmar a situação eleitoral. Diante de uma ligação suspeita, a orientação é não fornecer dados pessoais, senhas ou códigos e procurar os canais oficiais.

No domingo, portanto, a melhor preparação é simples: conferir o local de votação, separar o documento, preparar a colinha em papel, conhecer a ordem dos cargos e sair de casa com tempo.

Depois de uma campanha marcada por diferentes discursos, propostas e disputas políticas, chega o momento em que cada eleitor exerce, de forma individual e secreta, o seu direito de escolha.

A campanha termina. A urna começa a falar.

# Canetas emagrecedoras: uso sem acompanhamento médico pode trazer riscos à saúde, alerta especialista




As chamadas canetas emagrecedoras ganharam popularidade nos últimos anos, principalmente entre pessoas que buscam perder peso. Apesar dos benefícios no tratamento da obesidade e do diabetes, o uso indiscriminado desses medicamentos, sem avaliação clínica ou acompanhamento profissional, pode provocar complicações e colocar a saúde em risco.

O médico Dr. Júlio Gomes Luchman explica que esses medicamentos atuam imitando a ação de hormônios intestinais, como o GLP-1, responsáveis por regular o apetite, retardar o esvaziamento do estômago e modular a liberação de insulina.

"Quando bem indicadas e acompanhadas, essas medicações podem trazer benefícios importantes. Porém, quando utilizadas sem critério, em doses inadequadas ou sem uma avaliação clínica prévia, os mesmos mecanismos de ação podem provocar sobrecarga no sistema digestivo e metabólico, interferindo no funcionamento do pâncreas, da vesícula biliar e do trato gastrointestinal", explica o Dr. Júlio Gomes Luchman.

Entre as complicações que exigem atenção está a pancreatite, uma inflamação do pâncreas que pode apresentar quadros graves. Segundo o médico, o risco pode estar relacionado, entre outros fatores, aos efeitos dessas medicações sobre o pâncreas e o fluxo biliar.

"A redução do esvaziamento gástrico e as alterações na dinâmica hormonal podem favorecer a estase biliar e a formação de cálculos na vesícula, além de possíveis mecanismos indiretos relacionados ao tecido pancreático. Pessoas com predisposição, especialmente aquelas com histórico de doenças biliares, precisam de uma avaliação ainda mais criteriosa", alerta.

Outro motivo de preocupação é a utilização de produtos de procedência duvidosa. Medicamentos falsificados, armazenados de maneira inadequada ou manipulados sem controle de qualidade podem apresentar dosagens incorretas, contaminação ou até substâncias diferentes das informadas na embalagem.

"Sem acompanhamento médico, o paciente também deixa de realizar o monitoramento dos possíveis efeitos adversos, os ajustes necessários de dose e a avaliação de contraindicações. O problema não está apenas na tecnologia dessas medicações, mas principalmente no uso indiscriminado, sem orientação e sem segurança, que pode transformar uma ferramenta terapêutica em um risco à saúde", ressalta o médico.

A orientação é que o tratamento seja iniciado somente após avaliação individualizada, com prescrição e acompanhamento profissional. A escolha do medicamento, a definição da dosagem e o monitoramento durante o uso são etapas fundamentais para reduzir riscos e garantir maior segurança ao paciente.

Embora representem uma alternativa terapêutica no combate à obesidade e no controle do diabetes, as canetas emagrecedoras não devem ser utilizadas por conta própria nem encaradas como soluções rápidas para a perda de peso.

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

# DOMINGO É O DIA: DATAFOLHA CONFIRMA DISPUTA APERTADA EM PERNAMBUCO E MANTÉM POLARIZAÇÃO NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

A última pesquisa Datafolha antes do primeiro turno, divulgada nesta quinta-feira (1º), confirma que Pernambuco chega ao domingo com uma disputa pelo Governo do Estado ainda aberta. Raquel Lyra (PSD) aparece com 46% das intenções de voto, contra 44% de João Campos (PSB). Na apuração dos votos válidos, a governadora tem 50%, enquanto o ex-prefeito do Recife registra 47%. A diferença, porém, está dentro da margem de erro de três pontos percentuais.

O levantamento foi realizado entre 28 de setembro e 1º de outubro, com 1.204 eleitores em 48 municípios pernambucanos. Portanto, a fotografia divulgada na véspera da eleição não apresenta uma distância estatisticamente segura entre os dois principais candidatos. O cenário é de disputa concentrada, com os últimos movimentos de campanha ganhando importância justamente porque o espaço para mudanças é cada vez menor.

## GOVERNO: RAQUEL MANTÉM A DIANTEIRA NUMÉRICA, MAS NÃO ABRE DISTÂNCIA

O resultado representa uma oscilação em relação à pesquisa anterior. Em 24 de setembro, Raquel tinha 48% das intenções de voto, contra 44% de João. Agora, a governadora aparece com 46%, enquanto o adversário mantém os mesmos 44%. Nos votos válidos, a diferença também diminuiu: Raquel passou de 51% para 50%, e João, de 46% para 47%.

Na pesquisa espontânea, quando os nomes não são apresentados, Raquel registra 40% e João 34%. Outros 15% não souberam indicar um candidato. O dado mostra que ainda existe uma parcela do eleitorado que não consegue mencionar espontaneamente em quem pretende votar, embora a pesquisa indique que 88% dos entrevistados já estejam totalmente decididos sobre o voto para governador. Apenas 11% afirmaram que ainda podem mudar de escolha.

A avaliação administrativa da governadora continua sendo um componente importante da disputa. O Datafolha aponta que 64% aprovam o trabalho de Raquel, enquanto 31% desaprovam. A gestão é considerada ótima ou boa por 49%, regular por 30% e ruim ou péssima por 20%.

Há, entretanto, uma diferença entre aprovar uma administração e escolher sua titular para mais quatro anos. A aprovação de 64% não se converte integralmente em intenção de voto. É justamente nesse espaço que João Campos tenta ampliar sua votação, apresentando críticas à condução do governo estadual e defendendo a necessidade de mudanças em áreas como segurança, infraestrutura, saúde e abastecimento de água.

## REJEIÇÃO: JOÃO TEM DOIS PONTOS A MAIS

O levantamento também mediu a rejeição dos candidatos. João Campos aparece com 34% dos eleitores afirmando que não votariam nele de jeito nenhum. Raquel Lyra tem 32%.

A diferença é pequena e precisa ser observada dentro da margem de erro. Ainda assim, o dado mostra que os dois candidatos chegam à reta final com índices expressivos de resistência. Para João, o desafio é ampliar a votação sem aumentar a rejeição entre eleitores que ainda não se identificam com sua candidatura. Para Raquel, é transformar a avaliação positiva do governo em apoio eleitoral, enfrentando as críticas acumuladas durante a campanha.

## OS DEBATES E A PRESSÃO SOBRE RAQUEL LYRA

O desempenho de Raquel Lyra nos debates tornou-se um dos assuntos centrais da reta final. A avaliação crítica de sua participação, especialmente no confronto promovido pela TV Globo na terça-feira (29), ganhou espaço entre adversários, comentaristas e nas discussões sobre a campanha.

O debate não foi marcado por uma apresentação tranquila da defesa do governo. Raquel precisou responder a questionamentos sobre segurança pública, políticas para mulheres, obras, abastecimento de água e infraestrutura. João Campos explorou pontos sensíveis da administração estadual e voltou a cobrar explicações sobre a declaração envolvendo a laqueadura, episódio que já havia provocado repercussão nacional.

A governadora respondeu que havia pedido desculpas e afirmou que a declaração não representa sua atuação nem suas convicções. Também defendeu os investimentos de sua gestão nas políticas para mulheres. O problema político é que o assunto voltou ao centro da campanha quando a candidatura precisava concentrar a discussão na avaliação do governo e em suas realizações.

Na segurança pública, João apontou a presença de facções criminosas em Pernambuco e cobrou a construção de delegacias. Raquel rebateu, defendeu os resultados de sua administração e responsabilizou o grupo político que governou o estado anteriormente por problemas na área. Também houve confronto sobre a Guarda Municipal do Recife e a atuação de João quando prefeito.

O debate foi marcado por respostas, acusações e tentativas de transferir responsabilidades. Na leitura política, a exposição repetida de temas sensíveis colocou a governadora em uma posição defensiva em momentos importantes do confronto. Isso não significa que o debate, isoladamente, tenha determinado a oscilação da pesquisa. O levantamento não mede o efeito específico de cada participação, e a maior parte do trabalho de campo ocorreu no período que incluiu o próprio debate.

## LAQUEADURA, BETS E SEGURANÇA: OS ASSUNTOS QUE MARCARAM A RETA FINAL

A controvérsia da laqueadura permaneceu como um dos principais pontos de desgaste da campanha de Raquel. A declaração feita em 2025 voltou a circular em setembro, foi explorada pela oposição e obrigou a governadora a apresentar explicações e um pedido público de desculpas.

O tema tem peso particular por envolver autonomia da mulher e consentimento em procedimentos médicos. No debate da Globo, João voltou a utilizar o episódio para questionar a atuação da governadora nas políticas para mulheres. Raquel, por sua vez, tentou deslocar a discussão para os investimentos realizados pelo governo estadual.

Outro assunto foi a regulamentação e a tributação das apostas esportivas. Ivan Moraes questionou João sobre a redução da alíquota do ISS para empresas de apostas durante sua gestão na Prefeitura do Recife. O ex-prefeito argumentou que a cidade precisou adequar a legislação após a regulamentação nacional do setor. Raquel afirmou que as bets favorecem a lavagem de dinheiro e anunciou a proposta de um programa de acolhimento para pessoas com dependência em jogos.

A segurança pública também ganhou protagonismo, com acusações sobre o avanço de facções e cobranças por equipamentos e ações de combate ao crime organizado. São temas que atingem diretamente a percepção do eleitor sobre a capacidade de gestão e que podem ter repercussão maior do que as disputas tradicionais de propaganda.

## SENADO: MARÍLIA E HUMBERTO CHEGAM À FRENTE, MAS HÁ ESPAÇO PARA DISPUTA

A disputa pelas duas vagas de Pernambuco no Senado apresenta um quadro diferente. O Datafolha desta quinta-feira mostra Marília Arraes (PDT) e Humberto Costa (PT) com 19% das intenções de voto cada. Em seguida aparecem Mendonça Filho (PL), com 12%, e Eduardo da Fonte (PP), com 10%. Túlio Gadêlha (PSD) registra 5%, enquanto Carlos Sant'Anna (Novo) tem 2%.

A pesquisa também aponta 16% de votos brancos ou nulos e 13% de indecisos. Na pergunta espontânea, 52% ainda não sabem em quem votar. Esse percentual era de 58% na rodada anterior.

O dado precisa ser interpretado considerando a regra da eleição: cada eleitor poderá escolher dois candidatos ao Senado. Portanto, os percentuais não representam uma disputa de voto único. A combinação dos dois votos, as alianças e a capacidade de mobilização das campanhas podem ter papel importante na definição das vagas.

Marília e Humberto estão na mesma composição política de João Campos. Eduardo da Fonte e Túlio Gadêlha integram a articulação eleitoral ligada a Raquel Lyra. Mendonça Filho disputa de forma independente, com identificação com o campo bolsonarista.

O cenário mostra que a disputa pelo Senado não está restrita à transferência automática dos votos para governador. Um eleitor pode escolher Raquel e votar em Marília ou Humberto, assim como pode optar por João e combinar seu segundo voto com outro candidato. A elevada quantidade de eleitores sem escolha espontânea definida mantém a disputa em aberto.

## PRESIDÊNCIA: LULA MANTÉM VANTAGEM NO PRIMEIRO TURNO, MAS SEGUNDO TURNO SEGUE APERTADO

No cenário nacional, o Datafolha divulgado nesta quinta-feira mostra Lula (PT) com 42% das intenções de voto totais no primeiro turno, contra 38% de Flávio Bolsonaro (PL). Na apuração dos votos válidos, o presidente aparece com 45%, enquanto o senador registra 40%.

Na simulação de segundo turno, Lula tem 48% e Flávio, 45%. A diferença está dentro da margem de erro de dois pontos percentuais, caracterizando empate técnico.

O levantamento ouviu 2.506 eleitores entre 29 de setembro e 1º de outubro, com registro BR-08039/2026. A pesquisa também identificou que 17% dos entrevistados ainda admitem a possibilidade de mudar o voto.

A disputa presidencial continua marcada pela concentração de votos nos dois principais candidatos. Augusto Cury aparece com 4% dos votos válidos, enquanto Ronaldo Caiado e Renan Santos têm 3% cada. Os demais nomes pontuam com 1% ou menos.

## REJEIÇÃO PRESIDENCIAL: LULA E FLÁVIO TÊM 45%

A rejeição dos dois principais candidatos permanece no mesmo patamar. Segundo o Datafolha, 45% afirmam que não votariam em Flávio Bolsonaro de jeito nenhum. Lula também registra 45%.

É um dado relevante porque mostra que a polarização não significa ausência de resistência. Os dois candidatos têm bases eleitorais consolidadas, mas também enfrentam um contingente expressivo de eleitores que rejeita suas candidaturas.

A avaliação do governo federal ajuda a contextualizar o cenário. No levantamento, 40% consideram a administração Lula ruim ou péssima, 34% a classificam como ótima ou boa e 24% como regular. A desaprovação do trabalho do presidente é de 50%, enquanto 47% aprovam.

## NOSSA SENHORA APARECIDA, BETS E A POLÊMICA ENVOLVENDO FLÁVIO

A última semana presidencial também foi atravessada por episódios que ultrapassaram a discussão sobre economia e gestão.

A controvérsia envolvendo Nossa Senhora Aparecida ganhou força nas redes sociais após a circulação de uma informação falsa sobre uma suposta intenção de Flávio Bolsonaro de retirar da santa o título de padroeira do Brasil. O assunto provocou reação entre católicos e levou os dois principais candidatos a explorar imagens e referências religiosas em suas agendas.

A pesquisa Datafolha identificou oscilações em segmentos religiosos no período. Entre católicos, Lula passou de 45% para 50% das intenções de voto totais em uma semana. Entre evangélicos, Flávio aparece com 42%, contra 26% do presidente. Esses dados são recortes específicos da pesquisa e não devem ser confundidos com o resultado nacional.

Outro movimento foi a medida provisória editada por Lula para proibir as apostas esportivas, tema que entrou diretamente na agenda eleitoral. O presidente também havia anunciado reajuste de 15% no Bolsa Família, medida cujos efeitos financeiros para os beneficiários ocorrerão depois do primeiro turno.

Flávio, por sua vez, enfrentou questionamentos após reportagem do site PlatôBR divulgar mensagens atribuídas a um ex-sócio, com referências a festas, presentes e suposta atuação junto ao Supremo Tribunal Federal. Até a publicação da reportagem da Folha sobre a pesquisa, o senador não havia comentado o caso. A campanha também informou que ele não participaria do debate da TV Globo, alegando discordância com regras do evento.

Domingo é o dia: o que os números deixam para a última hora

## A ELEIÇÃO CHEGA AO DOMINGO COM TRÊS CENÁRIOS DISTINTOS.

Em Pernambuco, a disputa pelo Governo permanece tecnicamente equilibrada. Raquel tem vantagem numérica no Datafolha, mas a diferença de três pontos nos votos válidos está dentro da margem de erro. A governadora tem aprovação superior à sua intenção de voto, enquanto João enfrenta rejeição ligeiramente maior. O debate final e as polêmicas da campanha compõem o ambiente em que o eleitor fará sua escolha.

No Senado, Marília Arraes e Humberto Costa aparecem com 19% cada, mas o percentual de indecisos e a possibilidade de dois votos por eleitor tornam a disputa particularmente complexa. A definição das duas vagas dependerá também da combinação de escolhas na urna.

Na Presidência, Lula mantém vantagem no primeiro turno, mas a simulação de segundo turno continua tecnicamente empatada com Flávio Bolsonaro. A rejeição de 45% para cada um confirma que a disputa nacional segue concentrada em dois campos políticos com níveis semelhantes de resistência.

A última semana foi marcada por debates duros, judicialização da propaganda, controvérsias sobre políticas para mulheres, segurança pública, apostas esportivas e religião. Em Pernambuco, a discussão sobre a laqueadura voltou a colocar Raquel sob pressão, enquanto João tentou associar a candidatura à necessidade de mudança na gestão estadual. No plano nacional, Lula e Flávio disputaram espaço em torno de temas econômicos, religiosos e de imagem.

O Datafolha oferece a última fotografia antes das urnas, não uma previsão do resultado. Com a maior parte dos eleitores afirmando que já decidiu o voto, a mobilização, a presença nas ruas, a comunicação final das campanhas e a participação do eleitorado no domingo passam a integrar a equação.

Domingo, 4 de outubro, será o momento em que as pesquisas darão lugar aos votos. Até lá, a disputa permanece aberta nos limites apontados pelos próprios levantamentos.